

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA CAMPUS GOVERNADOR
VALADARES INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

DANIEL VIEIRA DE SOUZA

**Mídia, imperialismo e Petrobras: O papel da imprensa monopolista na crise de 2014 a
2016**

Governador Valadares

2023

DANIEL VIEIRA DE SOUZA

Mídia, imperialismo e Petrobras: O papel da imprensa monopolista na crise de 2014 a 2016

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
monografia apresentada ao curso de
Administração da Universidade Federal de
Juiz de Fora como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharelado em
Administração.

Orientador: Prof. Dra. Marina Oliveira Guimarães

Co-Orientador: Dr. Lucas Pacheco Campos

Governador Valadares

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Vieira de Souza, Daniel.

Mídia, Imperialismo e Petrobras: O papel da imprensa monopolista na crise de 2014 a 2016 / Daniel Vieira de Souza. -- 2023.

46 p.

Orientadora: Marina Oliveira Guimarães

Coorientador: Lucas Pacheco Campos

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Avançado de Governador Valadares, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA, 2023.

1. Imperialismo. 2. Capital-imperialismo. 3. Petrobras. 4. Mídia. I. Oliveira Guimarães, Marina, orient. II. Pacheco Campos, Lucas, coorient. III. Título.

Daniel Vieira de Souza

Mídia, imperialismo e Petrobras: O papel da imprensa monopolista na crise de 2014 a 2016

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), monografia apresentada ao curso de Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Administração.

Aprovado em 06 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Marina Oliveira Guimarães – Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dra. Mariana Luísa da Costa Lage
Universidade Federal de Juiz de Fora


Prof. Dr. Henrique Almeida de Queiroz
Universidade Federal de Juiz de Fora

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Avançado Governador Valadares, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Governador Valadares, ___07___ de ___dezembro___ de ___2023___.

Daniel Vieira de Souza – 201801005GV 

Documento assinado digitalmente

DANIEL VIEIRA DE SOUZA

Data: 07/12/2023 17:20:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

[Nome completo do autor]

Matrícula

¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

² Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que acreditaram no meu potencial e contribuíram, de alguma forma, para a minha jornada, agradeço. Aos meus pais, agradeço pelos inúmeros sacrifícios que fizeram para que eu pudesse concluir meus estudos. Aos meus mestres, agradeço pela condução teórica da minha trajetória crítica. Ao acaso, que soube colocar pessoas certas no meu caminho, agradeço.

RESUMO

Este estudo concentra-se na relação dialética entre representantes de setores econômicos locais, especificamente a mídia, e os interesses imperialistas dos EUA. Ele tem como objetivo abordar o assunto por meio da análise das notícias que compreendem o período estudado, concluindo com um exame das implicações econômicas e sociais dessa relação, com foco na maior empresa estatal do Brasil, a Petrobras. Baseando-se em um dos nove pontos delineados por Vijay Prashad (2020) sobre mudança de regime, a mídia desempenha um papel fundamental na explicação do autor, que podemos aplicar ao contexto brasileiro recente para construir uma compreensão de como esses atores sociais, utilizando suas ferramentas para manter o poder, agiram em direção à mudança de governo durante o golpe de 2016 no Brasil. A análise das notícias, como principal ferramenta para entender o *modus operandi* de desestabilização, foi conduzida abrangendo o período desde o início da operação até o efetivo golpe político, com o Grupo Folha e o Grupo Globo como orquestradores dos movimentos em massa que, instrumentalizando temas relacionados à Petrobras, insuflaram o descontentamento com o então segundo governo de Dilma Rousseff. Essa análise oferece uma perspectiva crítica sobre as interações entre diferentes agentes nesse contexto complexo, destacando como essas dinâmicas podem ter contribuído para mudanças significativas no cenário político e econômico do país. É importante enfatizar que as interpretações desses eventos são multifacetadas, de modo que este trabalho não se encerra em si mesmo. Pelo contrário, tem como intuito se somar a diversas outras iniciativas na construção de análises críticas e transparentes desses eventos e suas implicações.

Palavras-chave: Imperialismo; Capital-imperialismo; Petrobras; Operação Lava-Jato; Mídia.

ABSTRACT

This study focuses on the dialectical relationship between local elites, specifically the media, and the imperialist interests of the United States. It aims to address the subject through the analysis of news covering the studied period, concluding with an examination of the economic and social implications of this relationship, with a focus on Brazil's largest state-owned company, Petrobras. Drawing on one of the nine points outlined by Vijay Prashad (2020) on regime change, the media plays a crucial role in the author's explanation, which we can apply to the recent Brazilian context to build an understanding of how these social actors, using their tools to maintain power, worked towards regime change during the 2016 coup in Brazil. The analysis of news, as the primary tool to understand the modus operandi of destabilization, was conducted covering the period from the beginning of the operation to the actual political coup, with Grupo Folha and Grupo Globo orchestrating mass movements that, by instrumentalizing issues related to Petrobras, fueled dissatisfaction with then-President Dilma Rousseff's second government. This analysis provides a critical perspective on the interactions among different actors in this complex context, highlighting how these dynamics may have contributed to significant changes in the country's political and economic landscape. It is important to emphasize that interpretations of these events are multifaceted, so this work does not conclude in itself. On the contrary, its purpose is to contribute to various other initiatives in constructing critical and transparent analyses of these events and their implications.

Keywords: Imperialism; Capital-imperialism; Petrobras; Operação Lava-Jato; Media.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. MÉTODO E METODOLOGIA	12
3. REFERENCIAL TEÓRICO	16
3.1. Imperialismo.....	16
3.2. Imperialismo no Brasil	17
3.3. A mídia brasileira e as desestabilizações democráticas	18
3.4. Nascimento da Petrobras e os interesses internacionais.....	21
3.5. Petrolão	23
4. DISCUSSÃO	24
4.1. Maquiando dados, ocultando o monstro	24
4.2. Análise do <i>Modus Operandi</i>	26
4.3. Quando a figura é maior que o fato, imprima-se a lenda	33
4.4. Síntese	36
4.5. Desdobramentos econômicos na Petrobras	37
5. CONCLUSÃO	44
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

1. INTRODUÇÃO

O imperialismo possui grande relevância em discussões sobre economia e política global, sendo tema recorrente na análise dos rumos capitalistas. Tal fenômeno é amplamente compreendido como uma fase avançada do desenvolvimento econômico capitalista. Em que, nesta fase, há uma concentração de poder de mercado nas mãos de poucos grupos oligopolistas e monopolistas, juntamente com a financeirização e exportação de capital.

A nível global, os bancos desempenham um papel fundamental na união com os monopólios produtivos, visando a exportação destas estruturas capitalistas para países terceiros. No contexto brasileiro, a burguesia local assume um papel crucial no estabelecimento do capitalismo periférico, atuando como um agente subalterno do capital estrangeiro. O enfraquecimento dos papéis econômicos dos países das burguesias periféricas é resultado de mudanças ocorridas na dinâmica capitalista dos países centrais. Em outras palavras, o poder econômico dos países do centro tornou-se tão dominante que as economias periféricas se tornaram cada vez mais dependentes do capital estrangeiro para o desenvolvimento de suas próprias. A versão expandida deste imperialismo toma formas como capital-imperialismo, conceituado por Fontes (2012) em sua obra que descreve as relações imperialistas no Brasil.

A influência do capital estrangeiro nos rumos capitalistas das periferias encontra agentes subalternos que estão dispostos a manter uma relação dialética entre as partes, no sentido de que estes atuam como figurantes dos interesses externos dentro da localidade. Apesar de uma posição inferiorizada no contexto internacional, não resulta em uma desvantagem econômica e social para essas elites locais, muito pelo contrário. Os interesses dos grupos dominantes nacionais também são postos à mesa e articulados com o contexto histórico e social. Entretanto, não se torna uma queda de braços em que estes perdem por W.O, mas há uma tendência de que, nas articulações entre centro e periferia, se alinhem os interesses na direção dos interesses do centro econômico (imperialistas). Apesar da posição subalternizada ocupada pelas classes dominantes periféricas, existe um certo conforto proporcionado pelos elevados ganhos econômicos, políticos e ideológicos angariados nessas relações.

Amparado nos textos de Prashad (2020) e nos nove pontos destacados pelo autor como o roteiro golpista do capital sob nações soberanas periféricas, neste artigo objetiva-se estudar o

primeiro dos pontos elencados pelo autor: a manipulação da opinião pública. Nesse sentido, destacando o papel exercido pela mídia monopolista brasileira como um desses agentes dentro da sociedade, observando seu papel na ação de moldar a opinião pública a respeito dos rumos nacionalistas da Petrobrás - uma das mais valiosas empresas listadas na B3¹, a bolsa de valores brasileira - facilitando ou inculcando a semente da desconfiança na res pública. Tal tática midiática é antiga e aparece desde os primórdios da companhia petroleira, vindo constantemente à tona na esperança de que um dia ela ceda.

No cenário nacional tem-se como objetivo primário analisar a década de 2010, período no qual a companhia esteve sob constantes ataques de interesses privados, advindos da mídia e do judiciário; no qual o primeiro quem sustentava na opinião pública as ações, por vezes inconstitucionais, das instâncias judiciárias. Portanto, o objetivo central da pesquisa é compreender o papel de setores econômicos da elite brasileira e dos conglomerados de comunicação como ferramentas imperialistas na influência da opinião pública sobre a Petrobras na década de 2010, mais especificamente no processo que antecedeu o golpe contra o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. Os objetivos secundários incluem a) analisar a perda de controle nacional da empresa, b) investigar os desdobramentos econômicos e c) entender como essas ações se articularam para favorecer interesses de investidores estrangeiros (capital imperialista).

¹ Dados relativos à análise divulgada pela revista Forbes. Ver mais em: <https://www.poder360.com.br/economia/petrobras-lidera-brasileiras-em-lista-das-maiores-empresas-do-mundo/>. Acesso em 16/11/2023.

2. MÉTODO E METODOLOGIA

O materialismo histórico e dialético, método de pesquisa utilizado nesta análise, segundo Netto (2011), não surge de uma descoberta abrupta ou de intuições geniais, mas de uma análise cuidadosa do objeto de estudo. Dentre outras diferenças, o método de Marx se distingue essencialmente do método dialético Hegeliano e dos demais idealismos vinculados à interpretação burguesa sobre o mundo. Enquanto Hegel considerava que o real era produto do pensamento, no método de Marx, o ideal é a matéria transposta e interpretada pela mente humana. É importante ressaltar que o distanciamento do pesquisador em relação ao objeto estudado é necessário para a construção da teoria, que resulta da análise do real. O pensador compreende o conhecimento teórico como o entendimento das estruturas do objeto tal como ele é. Essa independência entre as partes é considerada uma existência objetiva, existindo de forma independente da influência de quem o observa, e, portanto, não deve conter juízos preconcebidos por parte do observador. O método parte da aparência fenomênica, imediata e empírica como ponto de partida para o conhecimento da essência do objeto e, ao alcançar essa essência, o pesquisador reproduz o movimento do objeto no campo ideal, contraponto a lógica, até então comum, de primeiro se idealizar o objeto para depois transpor para a realidade. O papel do investigador nesse processo é fundamentalmente ativo, conforme destacado por Netto (2011), caso contrário, seria apenas um reflexo mecânico, com o pensamento refletindo a realidade.

Em Marx, é possível identificar três categorias fundamentais para o seu método: totalidade, contradição e mediação. Ao tratar da sociedade burguesa, o autor define esse objeto como uma totalidade, o que difere do pensamento de se entender o objeto como um todo constituído por partes, mas sim como um emaranhado de relações entre as diversas totalidades, tomadas essas por contradições que são características de totalidades dinâmicas, do contrário seriam essas inertes. As contradições estão intrinsecamente ligadas à complexidade das totalidades, sendo as mediações responsáveis por articular essa segunda categoria enunciada. Entende-se as mediações como mecanismos e processos pelos quais as contradições se manifestam ao longo do tempo, sendo cruciais por possibilitarem a existência dentro das totalidades e entre elas, sendo essenciais para a compreensão das relações complexas e dinâmicas presentes no objeto estudado, em seu caso a sociedade burguesa. Dessa forma, essa última categoria atuaria como articulador entre as duas primeiras, representando os processos e mecanismos que conectam as totalidades constitutivas e permitem a existência e a

resolução/expressão dessas contradições. Uma vez sem esses sistemas, essa totalidade perderia o caráter concreto para se tornar uma totalidade indiferenciada (Netto, 2011).

O método descrito exerce importância ao ajudar na compreensão do objeto estudado e na identificação das determinações que o atravessam, facilitando a compreensão da dinâmica das relações entre os conglomerados de comunicação do país e os interesses imperialistas em relação à Petrobras. Assim, contribui para a real compreensão das configurações dos mecanismos imperialistas dentro do território nacional, haja vista os interesses do capital estrangeiro na perpetuação e na reprodução das condições favoráveis à extração de mais valor em território brasileiro.

A análise de discurso (AD), pertencente ao campo da análise de conteúdo, enquanto técnica da ferramenta metodológica, será utilizada nesse trabalho como forma de tratamento das notícias desde a sua manchete ao conteúdo presente nas matérias e editoriais dos veículos de comunicação escolhidos. Segundo Bardin (1977), a ferramenta parte de fases, como organização, codificação, categorização, inferência e o tratamento informacional. Nessa feita, tenta-se, segundo Bardin (1977), procurar ligações entre a situação de produção do discurso e as manifestações semântico-sintáticas da superfície discursiva. Sendo possível descobrir o processo de produção ao conhecer as condições de produção e o sistema linguístico (Bardin, 1977). Tal abordagem metodológica possibilita uma análise suportada em um processo organizado e contextual do que é dito e do que se deixa de dizer, possibilitando uma leitura do que se deixa implícito.

O *modus operandi* midiático é algo que aqui se tenta compreender, sendo os jornais do Folha de São Paulo e O Globo as fontes de análise deste estudo — tendo sido escolhidos pela relevância de tais veículos no mercado jornalístico nacional². O desenho metodológico na seleção e análise de peças jornalísticas produzidas pelos veículos escolhidos observou as seguintes etapas: a) definição das palavras-chave na busca por notícias; b) filtro das notícias entre as datas selecionadas e tipos de reportagens³; c) leitura e destaque dos pontos principais das matérias jornalísticas; d) identificação de padrões de abordagem e comportamento; e) análise dos padrões.

² Ver mais em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/ivc-muda-calculo-para-assinaturas-folha-e-lider-em-circulacao.shtml>>. Acesso em: 21/11/2023.

³ Datas compreendendo 01/01/2014 até 31/12/2016.

No que diz respeito aos termos utilizados para pesquisa foi definido um único termo, sendo este a expressão “Petrolão”, termo que ficou marcado sempre que se mencionava o sistema de corrupção ocorrido envolvendo a estatal em alusão ao esquema de compra de apoio parlamentar para a base governista ainda no primeiro mandato de Lula que ficou conhecido como “mensalão”. O período pesquisado foi de janeiro de 2014 a dezembro de 2016, anos que marcaram o início da operação Lava-Jato e os desdobramentos do processo de impeachment da presidente Dilma.

Quanto ao filtro de reportagens, no jornal online Folha de São Paulo optou-se por selecionar os editoriais, por ser uma fonte de opinião que representa a linha de pensamento do grupo, e as notícias da seção política, por tratar de eventos diretamente relacionados ao objeto da presente pesquisa. Nesse sentido, 401 resultados entre notícias e editoriais foram analisados.

Quanto ao grupo Globo, foram encontradas dificuldades para a utilização adequada da ferramenta de busca do portal, o que inviabilizou uma análise de conteúdo para notícias da seção política. Dessa forma, optou-se por focar somente no conteúdo de editoriais, valendo-se do auxílio de ferramentas de busca, como o Bing, no seguinte sentido: uso direto da seguinte expressão “‘Petrolão’ site: oglobo.globo.com/opiniaio/” como forma de obtenção dos resultados. Considerando o período e os parâmetros delimitados, foram identificados 91 editoriais. O Grupo Globo foi contactado no intuito de se obter auxílio para utilização do mecanismo de busca em seu portal. Segue o trecho da resposta da empresa:

[...] Ao realizar uma pesquisa, o site utiliza as palavras digitadas na busca como ponto de partida para encontrar as matérias relevantes. No entanto, também consideramos palavras similares para ampliar os resultados e trazer informações relevantes para o usuário. No exemplo que você mencionou, ao pesquisar o termo petrolão, nosso site também buscará matérias relacionadas à palavra de origem, que é petróleo. Isso ocorre para garantir que você receba um conjunto mais abrangente de resultados e possa encontrar as informações que procura. (Resposta da Empresa em atenção à reclamação ID: 172566589 ao site Reclame Aqui)

Abaixo é possível verificar como se dividiram os percentuais do material fonte desse trabalho.

Tabela 1-Total de notícias encontradas e analisadas (continua)

Jornal	Tipo	Quantidade	Percentual
Folha	Editoriais	46	9,35%

Tabela 1-Total de notícias encontradas e analisadas (conclusão)

Jornal	Tipo	Quantidade	Percentual
Folha	Notícias da seção política	355	72,15%
Globo	Editoriais	91	18,50%
	Total	492	100,00%

Fonte: Elaboração do Autor.

Tabela 2 - Total de peças selecionadas para compor a análise

Jornal	Tipo	Quantidade	Percentual
Folha	Notícias da seção política	67	50,38%
Folha	Editoriais	23	17,29%
Globo	Editoriais selecionados	43	32,33%
	Total	133	100,00%

Fonte: Elaboração do Autor.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Imperialismo

Conceituado por Lênin (2021) como um estágio superior do desenvolvimento capitalista, o imperialismo fundamenta-se na concentração crescente do poder de mercado por poucos grupos oligopolistas e monopolistas, no aumento da financeirização e na exportação resultante de capital impulsionada pelo crescimento significativo das instituições bancárias. Isso culmina na consolidação do capital financeiro, disponível nos bancos e utilizado pelos industriais, representando estágios essenciais desse modelo econômico. É importante esclarecer o conceito de financeirização, considerando este um processo econômico e social em que o setor produtivo perde espaço, tornando a expansão do capital pautada em proporções rentistas e especulativas, forçando que o sistema procure cada vez mais a expansão das formas de expropriação do indivíduo para garantir os retornos a juros do capital investido. Em tal dinâmica, o detentor desse capital se afasta do processo produtivo, momento esse que aumenta o papel das instituições financeiras nesse contexto. Esse afastamento, como bem explicita Fontes (2010), não torna o detentor do capital ausente ou ineficaz frente às formas que esse montante trará juros, mas dita o ritmo e impõe que os tomadores de empréstimos extraiam, de forma cada vez mais acelerada, os recursos a serem reembolsado pelos detentores do capital.

Lênin (2021) discorre que, a nível de país, a formação das estruturas monopolistas destrói o que seria a base da livre concorrência entre os mercados, vez que elas tomam para si grandes fatias, esmagam a concorrência dos pequenos produtores, manipulam preços, regulam as ofertas e exercem grande influência sobre trabalhadores e sindicatos do setor. Apesar das consequências mencionadas, a livre concorrência não é uma característica inerente ao modelo capitalista. Na realidade, diverge da lógica desse modelo, o qual tem como tendência intrínseca o surgimento de dinâmicas monopolistas. Em expansão a nível global, os bancos assumem papel fundamental na união com os monopólios, na constituição do capital financeiro, para exportarem tais estruturas capitalistas a países terceiros. O sobressalto dessa estrutura econômica que molda as relações entre os ditos países de primeiro mundo e o restante das nações construiu, na época em que o autor escrevia no início do século XX, o conceito de Estado rentista, países cuja uma das suas atividades consistem no exercício do papel de credores de demais Estados. A Inglaterra, por exemplo, um dos primeiros países a passar pela revolução industrial, transformou seu modelo de capital industrial e assumiu um papel cada vez mais

centrado no exercício do papel de uma economia rentista, amparado por aparato de Estado no auxílio da reprodução desse capital em território estrangeiro.

Fontes (2012), ao discorrer sobre o imperialismo nas formas atuais, utiliza-se da categoria capital-imperialismo em sua obra, entendendo que, o segundo termo, é uma expressão estendida do primeiro e que acumula cada vez mais contradições, fruto da sua dilatação no pós-Segunda Guerra. Dessa forma, o capital-imperialismo exerce maior violência de classes e se vale, cada vez mais, de expropriações secundárias do indivíduo, sendo ela do direito, do corpo, da propriedade humana e onde mais for possível se apropriar das subjetividades do indivíduo. Nesse tópico, Fontes (2012) conceitua a expropriação primária como a da terra, fundamental para a exploração de mais-valor, e tem a conversão de grandes massas campesinas ou agrárias em força de mão de obra (atraídas ou expulsas por razões diversas). Uma vez expulsas de suas terras e convertidas em mão de obra fabril há a necessidade de novas formas de expropriações, as quais a autora denomina como expropriações secundárias, onde são atacadas diversas esferas sociais do indivíduo, como seus direitos sociais e trabalhistas, seus direitos de propriedade e até mesmo a propriedade do seu corpo, conforme citado anteriormente. O capital-imperialismo conjuga violência e convencimento, dissuadindo a classe trabalhadora no convencimento de que a forma como se está posta é a única forma de existência possível.

A atuação do capital-imperialismo forma teias e imbrica em diversos segmentos da sociedade civil de maneira que os interesses internacionais atuam de forma desprendida dos governos estrangeiros. Embora ancoradas em seus Estados de origem, na forma de ONGs, empresas e organismos internacionais, ditam os rumos de políticas públicas sob a perspectiva estrangeira do que deve ser feito. A eficácia dessas entidades consiste no apaziguamento e desmobilização das lutas sociais, convertendo os processos populares de organização reivindicativa em entidades especializadas em políticas sociais, por vezes associado às burguesias diversas. Fontes (2012) destaca, por exemplo, a atuação de *think tanks* em rumos educacionais os quais determinam o papel do Estado educador na formação de massa trabalhadora adequada às formas de produção e reprodução do capital.

3.2. Imperialismo no Brasil

Segundo Fontes (2012), o imperialismo no Brasil se manifesta pela inserção do capital nacional nas arenas internacionais do capital-imperialismo como agente subalterno do capital estrangeiro. A consolidação dessa burguesia brasileira como ator fundamental no

estabelecimento do capitalismo periférico, segundo Fernandes (2020), é consequência das profundas transformações desencadeadas no pós-Segunda Guerra, onde o capitalismo central carecia, nas palavras do autor, de “parceiros sólidos”, ou seja, uma burguesia capaz de replicar as ações defensivas e repressivas de forma ainda mais acentuada, necessário no estágio superior capitalista, conforme descrito por Lênin (2021). O autor complementa a importância do fator político das burguesias nesse papel destinado a elas nessa consolidação do capitalismo nas periferias econômicas:

Se as burguesias nacionais da periferia falharem nessa missão política, não haverá nem capitalismo, nem regime de classes, nem hegemonia burguesa sobre o Estado. O que sugere que a revolução burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias. (FERNANDES, 2020, p. 367)

Fernandes (2020) argumenta que o esvaziamento dos papéis econômicos dos países das burguesias periféricas é fruto de mudanças ocorridas na dinâmica capitalista dos países centrais, de forma que esse esvaziamento as estabelece como meras fronteiras internas e vanguardas políticas do mundo capitalista. Dessa forma, o papel subalterno exercido pelo Brasil no cenário econômico mundial ganha, a partir de 1990, uma escala de concentração de capitais estrangeiros que promovem uma desnacionalização do setor produtivo brasileiro, reforçando neste processo características de exportador primário (Sarti e Laplane, 2003; Fontes, 2010). O papel reativo da burguesia brasileira frente à dinâmica internacional do capital, segundo Fontes (2012), é característico de uma classe dominante nacional que necessita se ajustar de forma recorrente ao capital-imperialismo do qual é fruto, onde essa classe é resultante da grande expropriação rural do país.

3.3. A mídia brasileira e as destabilizações democráticas

Thompson (2002), amparado em teorias que caracterizam o poder, descreve a mídia como parte integrante da sociedade que exerce o poder ideológico, sendo esse associado a outros poderes para fins de atingimento dos objetivos do grupo, provocando reações, induzindo a crer e a descrever, apoiar ou se revoltar. Nesse sentido, a grande mídia brasileira, integrante dos grupos econômicos burgueses do país, sempre dialogou, ou ao menos esteve submissa, ao

imperialismo estadunidense, em um claro exemplo das interações dos poderes econômicos com o simbólico.

A estrutura brasileira de comunicação, diferentemente de alguns países do mundo, não conta com uma estrutura de informação de importância advinda do poder público. Apesar dos esforços, o Brasil tomou rumos na contramão ainda no desenvolvimento da atividade dentro do país. O rádio e a televisão sempre foram vistos com fins comerciais pelo restante da população, diferentemente da Europa, como é o caso da BBC, emissora Estatal que resistiu até mesmo à fome privatista de Margareth Thatcher (Leite, 2018).

No Brasil, as tentativas governamentais de Kubitschek de dar prosseguimento aos esforços de Vargas foram prontamente barradas pelos interesses privados de Chateaubriand, dono de meios tão populares há época quanto o grupo Globo seria atualmente. Nesse sentido, o monopólio da comunicação já mostrava suas garras ao frear as iniciativas públicas, sabendo, e se valendo, da capacidade de manipulação da opinião pública e da capacidade desestabilizadora que teria para com um governo. Assim descreveu Mário Lago em seu livro de memórias acerca da ameaça feita pelo empresário ao então presidente Kubitschek: “Se Vossa Excelência der o canal de televisão à Nacional, jogo toda a minha rede de rádio, imprensa e televisão contra o governo.”. (“Folha de São Paulo - Livro/"Rádio Nacional, O Brasil em sintonia": Emissora foi momento jubiloso da cultura brasileira - 03/01/2006”, [s.d.]

Anos mais tarde, as ameaças a Governos legítimos no país voltariam a acontecer e, novamente, teriam a mídia como pivô para levar a propaganda às massas populacionais. Posteriormente, nos dois golpes de governo que se sucederam, 1964 e 2016, houve um apoio maciço da mídia monopolista brasileira no cumprimento da agenda imperialista no país, subjugando os interesses nacionais aos desmandos dos EUA. Atualmente, o grande poder monopolista das mídias brasileiras se deu pela própria falta de uma regulamentação — possível de ter sido realizada na Constituinte de 1988 e vetada em seu artigo 220 da CF — e pelo atraso em possuir uma estrutura pública de comunicação (Leite, 2018). À época, no início da redemocratização do país, temia-se contrariar os interesses econômicos das classes dominantes e sujeitar-se novamente a uma ditadura de coturnos. Destarte, ficou o país sujeito a uma dominação de poucos grupos que controlam toda a informação circulante, como é o caso do Grupo Globo de Comunicação (Leite, 2018).

Prashad (2020) descreve esse processo de cooptação da mídia nacional pelos Estados imperialistas como o primeiro de nove passos para uma mudança de regime em um país. O *lobby* junto à opinião pública é a preparação de terreno necessária para que se comece a instalar o caos, levar pessoas às ruas — mesmo que esses movimentos sejam financiados — e incutir, por meio da mídia — onde no Brasil encontrou solo fértil e um histórico favorável aos interesses das elites econômicas burguesas do país — no imaginário, e na percepção das massas, o sentimento de descontrole dos rumos da nação. Prashad (2020) traz um exemplo da América Latina, onde o início dos focos golpistas se dá com litígios delirantes da *United Fruit Company* contra o Governo Guatemalteco. A constituição de uma narrativa midiática que pressionasse o Congresso dos EUA a agir contra o governo de Arbenz se pautou, como de praxe, na narrativa anticomunista. Financiados pela companhia, jornalistas em julho de 1951 davam início à criação dos materiais que serviriam de base para a empresa convencer o Congresso americano da existência de um “governo vermelho” no país. O descontentamento do capital com medidas políticas — a reforma agrária, no caso de Arbenz — encontrava meios de deteriorar a imagem internacional e provocar reações de Estado contra nações soberanas. Abaixo estão delimitados os demais pontos delineados por Prashad (2020) em sua obra.

Tabela 3 - Pontos delineados para mudança de governos Segundo Prashad (2020)

	Ponto	Resumo
1	Fazer lobby junto à opinião pública	Cooptação da mídia para moldar a opinião pública do país e/ou internacional.
2	Escolha o homem certo em campo	Escolha o agente que atuará na articulação da desestabilização. Esse agente costuma ser americano.
3	Garanta que os generais estejam prontos	Convença algumas patentes de militares a suportar o golpe.
4	Faça a economia gritar	Uso de interferências silenciosas na economia: Crédito, remessas, acesso a mercados.
5	Isolamento diplomático	Tratativas de governo deixam de ser feitas com o governo vigente.
6	Organize protestos massivos	Financiamento de protestos e instabilidades sociais.
7	Sinal verde	Sinalização positiva oriunda da instabilidade econômica e social do país para que se justifique intervenções.
8	Um estudo sobre o assassinato	Assassinato de líderes importantes.
9	Negue	Negação da participação nos atos.

Fonte: Elaboração do Autor

No Brasil de 2016 esses alvos do *lobby* midiático incluíam desde empresas públicas a privadas e mistas, como foi o caso das empreiteiras OAS e Odebrecht, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Nacional) e a Petrobras, foco de grande parte das acusações de corrupção da Operação Lava-Jato. Conforme levantado por Caballero (2018), a estratégia adotada para ligar a Presidência da República, do então partido que presidia o Brasil, às investigações da Operação Lava-a-Jato, a emissora Rede Globo tomava, em alguns dias, próximo de nove minutos, dos trinta de duração do Jornal Nacional, programa jornalístico da emissora, para dedicar-se a falar da operação em curso e das suas fases, com direito a cenário de fundo que, em descrição sincera, mostravam ductos de petróleo “jorrando dinheiro” por suas aberturas; uma clara alusão que conectava todo o processo de corrupção à Petrobras, ainda que não fosse tão somente ela a empresa investigada. A tática desestabilizadora perdia força e espaço nas pautas do horário nobre da companhia à medida que os objetivos iam se concluindo e o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff ganhava apoio e avançava nas câmaras.

Diante do exposto, é possível depreender, inicialmente, a existência da mídia no meio desse jogo político e de seu papel como porta-voz dos interesses das elites nacionais e internacionais, figurando nacionalmente e internacionalmente como participante ativo da manutenção do status quo do capital e como agentes ativos da geração de mudança. Nesse sentido, dado o contexto brasileiro, convém analisar historicamente essa atuação nas empresas estatais, mais especificamente na Petrobras, como justificadores da mudança com a criação ou ampliação do clima turbulento, favorecendo interesses imperialistas no apoderamento do capital nacional.

3.4. Nascimento da Petrobras e os interesses internacionais

O florescimento do uso de energias líquidas no restante do mundo levantava a discussão sobre a existência do “ouro negro” no Brasil. Durante a década de 30, muitas foram as tentativas de interesse nacional de se confirmar a existência de petróleo em solo brasileiro, mas levantavam certo ceticismo por parte do Governo de Vargas à época (Payerl, 2017). Tal posição do Governo Brasileiro era visto como certa má vontade nacional acerca de tamanha riqueza potencial e teve no Brasil um dos seus expoentes de tal insatisfação a figura de Monteiro Lobato. O escritor chegou a retratar o comodismo federal em uma de suas obras que discorria sobre a descoberta do recurso no Sítio do Pica-Pau Amarelo (Chiaradia, 2016). Em cartas trocadas entre o escritor brasileiro e o engenheiro suíço Charles Frankie, não escondia em suas

palavras o interesse próprio e o vira-latismo entreguista — denominado a si mesmos “cosmopolitas” a fim de não deslegitimar suas causas ao se chamarem do que realmente eram.

Isto cá neste Brasil é dez vezes pior que na Romênia. Este povo tem a mesma origem latina e é igualmente podre de caráter. Francamente, eu tenho um asco profundo da minha terra. Meu sonho era tirar petróleo para ter a necessária independência econômica para fugir para sempre de semelhante terra. (LOBATO apud CHIARADIA, 2016, p. 55)

Vencendo as vontades entreguistas — ou cosmopolitas, como preferiam — nasceu em 1953 por meio da Lei nº 2004, de 3 de outubro de mesmo ano, a Petróleo Brasileira S.A., mais conhecida pela sua sigla Petrobras. Uma sociedade de economia mista que tinha por objetivo:

I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluídos e gases raros, existentes no território nacional;

II - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III - o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados de petróleo produzidos no País, e bem assim o transporte, por meio de condutos, de petróleo bruto e seus derivados, assim como de gases raros de qualquer origem. (BRASIL, 1953, Art 1º)

O nacionalismo poderia ser a chave nacional contra o imperialismo, sendo instrumento de mobilização e de controle da nação; fato esse que facilitou projetos de desenvolvimentismo do país como o de Kubitschek, conforme Payerl cita de Martins, (1976). Fruto de uma intensa campanha que mobilizou diversos atores sociais brasileiros, desde militares como Felicíssimo Cardoso — tio do ex-presidente FHC, que anos mais tarde viria a adotar posição antagônica ao que seu tio defendia acerca da empresa — até sindicatos urbanos, movimentos camponeses e Congresso Nacional, o slogan “O petróleo é nosso”, a partir de 1947, emplacou e virou símbolo de uma soberania nacional de luta contra os interesses internacionais e a burguesia entreguista brasileira que, antes da consolidação brasileira com os interesses do Petróleo, nunca se ocupou com o vasto campo passível de exploração no país (Galeano, 2022; Payerl, 2017).

A carência de mão de obra nacional qualificada fazia, por vezes, que a petrolífera buscasse mão de obra estrangeira no que tange a geologia especializada em petróleo (Payerl, 2017). Em 1954 a companhia buscou a contratação de Walter Karl Link, considerado um dos seis melhores geólogos quando se tratava de exploração de petróleo (Gudin, 1954). A contratação do geólogo recebeu intensa desconfiança por parte dos nacionalistas, considerando-o como agente com interesses internacionais, não nacionais (Payerl, 2017). De fato, o engenheiro trabalhava a serviço imperialista no Brasil, servindo aos interesses da Standard Oil Company of New Jersey, a qual era filho. Entre suas ações, foi taxativo ao classificar como inexpressivas a recente descoberta em Sergipe, rebaixando seu grau de espessura sedimentar de grau B para grau C, que mais tarde se confirmou como grau A (Galeano, 2022).

3.5. Petrolão

O nome Petrolão foi o apelido dado ao esquema de corrupção que envolvia empreiteiras, doleiros e políticos brasileiros no desvio de verbas e contratos da Petrobras, empresa estatal de petróleo brasileira. A primeira fase das investigações fora deflagrada em 17/03/2014 e investigavam a atuação de quatro doleiros, dentre eles o mais famoso no caso, Alberto Youssef. O nome foi uma alusão a outro esquema de corrupção que envolvia o pagamento de parcelas de valores para compra de apoio para a base governista que, há época, ficou conhecido como mensalão. Ao todo os desdobramentos dos esquemas que se ligavam ao fato renderam 79 fases da operação Lava-Jato. (Ministério Público Federal, 2021).

4. DISCUSSÃO

4.1. Maquiando dados, ocultando o monstro

A existência de um caso de corrupção, por vezes, é assimilada no imaginário populacional como oriundo das práticas políticas inerentes ao partido governante. Um exemplo prático desse caso é a crença popular que o Partido dos Trabalhadores (PT) tenha sido o partido totalmente corrompido pela corrupção nos esquemas como o do “Petrolão”, quando na realidade a quantidade de partidos integrantes do centrão, e indiciados, colocavam o Partido Progressista (PP) como o partido com maior participação, mas essa informação não venderia a narrativa (Veja, 2015).

O objetivo de fato da mídia imperialista era incutir na opinião pública um Brasil que clamava por uma mudança de poder, tal que não mediu esforços para que isso fosse maquiado, principalmente durante as manifestações “populares” com cobertura intensiva do Grupo Globo durante toda sua grade de programação. A cobertura realizada pela emissora tentava criar a ideia do “cidadão de bem” *versus* “PT corrupto” e dar ares de populares e espontaneidade nesses movimentos.

Como bem menciona Prashad (2020), tais manifestações, por vezes, são fabricadas e vendidas como espontâneas, se passando por um recorte fidedigno dos diversos estratos sociais. Em contraponto com a imagem vendida, a pesquisa feita pelo Datafolha em 2015 durante as manifestações observou-se que 73% dos presentes eram brancos dos quais 24% deles ganhavam de 5 a 10 salários mínimos (Rosário, 2018). Dados esses que, de longe, não representam a verdadeira composição social brasileira, onde mais de 50% da população se declara preta ou parda e 70% dos trabalhadores ganham até dois salários mínimos (IBGE, 2022). A imagem abaixo mostra bem um recorte de quem eram os favoráveis e os contrários às manifestações, repetindo religiosamente em todas as 166 imagens presentes na matéria das manifestações de 15/03/2015, tendo sido a maior registrada no país, de título “FOTOS: Manifestações pelo Brasil neste domingo, 15”.

Figura 1 - Discussão entre favoráveis e contrários ao governo Dilma



Fonte: Página do G1⁴

Posteriormente, essa mesma classe média encontraria afinidade com o que hoje se entende por bolsonaristas, um grupo ideológico ligado à figura messiânica de Jair Bolsonaro. Dessarte, excetuado os cartazes pedindo a saída da ex-presidente Dilma, as manifestações eleitorais que se seguiram após a saída da presidente, em especial nas eleições de 2018, mantiveram o mesmo teor antidemocrático, mas mais agressivas e com pautas similares, contando com articulações próprias na rede paralela de “informações”⁵ que começou a se articular em 2015 durante os atos golpistas liderados por Aécio e, posteriormente, por movimentos jovens de Direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o “Vem Pra Rua”.

Um país profundamente marcado pela desigualdade de renda, fator esse que confere um poder econômico descomunal na mão de aproximadamente 1430 indivíduos —0,001% dos mais ricos do país — proprietários de 4% de toda riqueza produzida no Brasil, traz consigo os aspirantes e sonhadores integrantes da classe média que agem e se comportam na defesa das elites como se dela fossem parte. Por essa razão, juntamente com a cooptação da mídia por esses grupos financeiros e uma classe média disposta a romper com a situação vigente, as elites

⁴ Ver mais em: <https://g1.globo.com/politica/fotos/2015/03/fotos-manifestacoes-pelo-brasil-neste-domingo-15.html#F1565559>. Acesso em 29/08/2023.

⁵ A rede Bolsonaroista formada por uma milícia digital tem como intuito distorcer fatos, articular manifestações e divulgar informações do Governo do ex-presidente Bolsonaro, além de objetivar manter os eleitores de Jair Bolsonaro engajados em sua figura.

conseguiram transformar essa massa de descontentes em um exército próprio contra a classe de trabalhadores (Rosário, 2018).

Nesse contexto, é relevante analisar alguns aspectos do caso do “Petrolão” sem entrar no mérito da culpabilidade dos envolvidos, o que não se aplica a esta análise por diversos fatores até mesmo de competência do autor no âmbito jurídico para a condução dessa investigação. Em vez disso, busca-se compreender a atuação midiática e os interesses por trás das inúmeras tentativas de ligar o Governo da época aos casos de corrupção; fator que inclui até mesmo uma extrema proximidade a um juiz, hoje suspeito, que, inclusive, concedeu favorecimentos de emissoras no acesso a informações sigilosas e de forma antecipada; tudo isso com o intuito de criar turbulências sociais e políticas para a desestabilização Governamental. Não há de se negar, e isso ficará claro no decorrer acerca do noticiário, a vontade de mudança de governo.

4.2. Análise do *Modus Operandi*

No grupo Folha, em novembro de 2014 já começavam a surgir as primeiras notícias relacionadas ao caso no Folha de São Paulo e com o seguinte título: “STF não pode se resumir em uma ‘corte Bolivariana’, defende Gilmar⁶”. Havia um medo por parte das elites que o PT pudesse indicar outros decanos ao Superior Tribunal Federal e formar maioria de indicados nesta instância jurídica, o que incomoda ao jornal e o faz trazer, desde cedo, essa necessidade de mudança e, para tanto, trabalhavam com opiniões que visavam suportar o ponto para seus leitores de que talvez fosse preciso fazer algo. Chama a atenção como muitas vezes essas manchetes são trazidas, cabendo aqui uma análise de um padrão encontrado mediante análise de outros conteúdos jornalísticos, evidenciando uma chamada que tende a duas prováveis hipóteses a) O destaque dado ao emissor da mensagem somente no final da manchete pode ter alguma ligação com o fato de trazer o primeiro trecho como argumento central e taxativo, provavelmente tentado afirmar a posição de veracidade do fato b) Deixar claro a posição do jornal quanto ao que é expressado. Observou-se, por vezes, que as frases e achismos mais comuns quanto ao Governo e a governabilidade eram sempre trazidos dessa forma quando as afirmações vinham de terceiros. Alguns outros exemplos são seguidos adiante: “PT impôs ao Brasil o padrão Fifa da corrupção, diz Roberto Jefferson⁷”; “Condenação de Vaccari prova que

⁶<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542317-o-stf-nao-pode-se-converter-em-uma-corte-bolivariana.shtml>. Acesso em 01/09/2023.

⁷<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1638414-entrevista-roberto-jefferson.shtml>. Acesso em 10/09/2023.

PT institucionalizou corrupção, diz Aécio⁸”; “Parente de Lula foi beneficiado por pagamentos do petrolão, diz delator⁹”; “Amigo de Lula intermediou encontro com Palocci, diz lobista¹⁰”; “Há indício de que Lula recebeu verba desviada no petrolão, diz Procuradoria¹¹”; “Petrolão só pôde existir com participação de Lula, afirma Janot¹²”. Tal forma de trazer as notícias evidencia um característica de construção de narrativa que tenta fazer o *link* do governo petista aos esquemas de desvio de dinheiro da Petrobras, mesmo sem qualquer julgamento, trazendo em notícias até mesmo o “Mensalão”, como se fosse um evento que ainda estivesse em curso, para que se ligasse não só a presidente em exercício a desvios, mas enfraquecendo a imagem do ex-presidente Lula junto à opinião pública ao trazer um caso já resolvido no passado como se fosse atual e dando voz em editoriais a opiniões que tentam reforçar cifras bilionárias no primeiro caso. Na realidade, o esquema teve proporções menores, mas não menos escandalosas.

Com as notícias relacionadas ao termo, os editoriais sempre mencionavam o escândalo de corrupção trazendo opiniões que deixavam implícita uma necessidade de mudança. Foi o caso de um dos editoriais que traziam Onyx Lorenzoni clamando por uma articulação da oposição. Desde muito cedo se tentou concretizar a segunda via e incutir esse desejo de mudança nas camadas mais pobres.

A continuidade do partido ameaçava o poder político e social das mídias tradicionais, onde cinco grupos detém o monopólio midiático do país. A insatisfação com pautas como a regulamentação da mídia dava ensejo para manchetes como “Ministro das Comunicações defende liberdade de expressão¹³” onde trazem o Petrolão como exemplo de caso que seria silenciado em caso de tal conquista petista. Nota-se, diante disso, claramente uma desonestidade sobre o tema com o intuito de desinformar os leitores do jornal e a crescente necessidade de explorar a temática da corrupção onde quer que fosse possível, mesmo quando o assunto em

⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1684654-condenacao-de-vaccari-prova-que-pt-institucionalizou-corrupcao-diz-aecio.shtml>. Acesso em 10/09/2023.

⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1692881-filho-de-lula-foi-beneficiado-por-pagamentos-do-petrolao-diz-delator.shtml>. Acesso em 10/09/2023.

¹⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1703505-amigo-de-lula-intermediou-encontro-com-palocci-diz-lobista.shtml>. Acesso em 10/09/2023.

¹¹ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1746253-ministerio-publico-diz-que-lula-foi-dos-maiores-beneficiarios-de-esquema.shtml>. Acesso em 10/09/2023.

¹² <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1767324-janot-pede-para-incluir-lula-ministros-e-ex-ministros-em-inquerito.shtml>. Acesso em 10/09/2023.

¹³ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1608710-ministro-das-comunicacoes-defende-liberdade-de-expressao.shtml>. Acesso em 10/09/2023.

nada tinha a ver com o âmbito político. Algumas, por exemplo, faziam julgar a incapacidade brasileira de sediar as olimpíadas de 2016 baseadas na corrupção, trazendo argumentos que desqualificavam um povo por conta de atitudes corruptas de seus representantes.

A atuação inescrupulosa da mídia permitia, até mesmo, acordos com políticos conhecidos por corrupção de longa data, como foi o caso da blindagem dada a Eduardo Cunha nos casos de corrupção em troca da promessa de barrar as tentativas petistas de passar no congresso alguma pauta relacionada à regulamentação midiática. Tal fator envolvendo a relação de Eduardo Cunha e os poderosos veículos de comunicação explica muito de como foi chancelado à presidência da Câmara mesmo com uma já extensa ficha criminal.

A posição do jornal às vésperas de uma manifestação era sempre a mesma: reforçar a existência do mal e trazer editoriais convocando o povo à rua. Nessa feita, apelava-se por um clamor social, um chamado à juventude com um porta-voz que hoje é deputado, Kim Kataguiri, mas de forma tosca e fácil de ser comprada por uma juventude que sequer havia conhecimento suficiente para entender o contexto latino-americano frente aos interesses imperialistas. Sobrava, nessa medida, falas chulas e comparações piores ainda, tendo uma delas sido comentada por um leitor do jornal na matéria assinada pelo agitador:

O triste não é ver esse menino invocar power rangers para fazer valer a sua tese. O triste é vê-lo como expoente do pensamento da direita, ao lado de tio rei, lobão, ronaldo fenômeno, márcio garcia, madureira etc.. Simplesmente não vemos um argumento objetivo e mais profundo. São apenas lugares-comuns do tipo ‘acabaram com as instituições’, ‘foro de SP’, ‘comunistas’. Uma lástima. (Comentário de leitor no site Folha de São Paulo, A nossa geração sobreviveu)¹⁴

Os editoriais serviam como manual de instruções implícito do que se deveria fazer em protestos/pronunciamentos, como fica claro em falas de análises como essa em “Governo admite perda de controle¹⁵” onde o redator traz:

Nesta quinta (6), Dilma e seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, aparecerão no programa de TV do PT e, até aqui, o partido não deu sinais de que irá mudar isso.

¹⁴<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/03/1749131-a-nossa-geracao-sobreviveu.shtml>. Acesso em 10/09/2023.

¹⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1664352-para-gilmar-mendes-petrolao-mostra-corrupcao-como-sistema-de-governo.shtml>. Acesso em 10/09/2023.

Chamará para si um provável megapanelaço, que servirá de aperitivo para o protesto que pedirá a saída de Dilma do governo no dia 16 (matéria Folha de São Paulo, Governo admite perda de controle)

Para suas manchetes, aproveitavam também da ligação religiosa negativa que se fazia ao partido, utilizando dos mesmos elementos narrativos indicados acima. O uso da frase que segue como manchete, “Dilma tenta pacto com o demônio para salvar governo, diz FHC¹⁶” acompanha os elementos anteriormente citados. Um outro elemento que reforça que a construção das manchetes também era pensado e ornava com o restante é percebido quando se nota que isso não é uma prática do jornal para com todas as notícias diante de posições que não pretendiam reforçar. Como exemplo, tem-se a seguinte notícia do dia 12/03/2015 (vésperas da maior manifestação): “Renan Calheiros diz que partidos da base aliada precisam 'conversar mais¹⁷”. Não sendo interesse do jornal reforçar com a manchete uma posição mais amena e aberta a uma solução interna petista, optou-se por um formato que não induzisse o leitor a uma percepção conciliadora caso fosse enquadrada a chamada na mesma linha dos editoriais e notícias que atacavam o governo e que seguiria nos seguintes moldes: “Partidos da base aliada precisam conversar mais, diz Renan Calheiros”.

Essa associação negativa fazia com que coisas banais virassem notícia por simplesmente atacar o governo, como foi o caso da seguinte: “Após Lula se comparar a uma cobra, bispo fala em 'pisar a cabeça' da jararaca¹⁸”. Essa notícia reforça a posição contrária da igreja, usando uma alegoria que ajuda facilmente na narrativa demonizadora do partido e que foi amplamente utilizada durante as eleições de 2018 e 2022 para convencer a ala evangélica a rejeitar um possível voto no partido.

O jornalismo do grupo Folha não abriu mão de utilizar de acusações antigas ao partido para indignar seus leitores. Houve, inclusive, uma associação do caso do assassinato do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, fazendo um *link* do caso de corrupção na prefeitura, supostamente descoberto pelo prefeito, ao caso do “Petrolão”, sendo o primeiro fato a gênese de todos os demais esquemas. Cabe ressaltar que o assassinato do ex-prefeito é atribuído como

¹⁶<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1686236-dilma-tenta-pacto-com-o-demonio-para-salvar-governo-diz-fhc.shtml>. Acesso em 10/09/2023.

¹⁷<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1601813-renan-calheiros-diz-que-partidos-da-base-aliada-precisam-conversar-mais.shtml>. Acesso em 10/09/2023.

¹⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1747219-apos-lula-se-comparar-a-cobra-bispo-fala-em-pisar-a-cabeca-da-jararaca.shtml>. Acesso em 10/09/2023.

ligações ao partido, nunca provado, mas sempre utilizado como elemento narrativo em debates entre eleitores nas redes sociais. Dentre essa linha dos velhos fantasmas, ligaram e trouxeram por diversas vezes o “mensalão” para que se ligasse, também, o petrolão ao ex-presidente Lula. Nenhuma figura do partido poderia sobreviver ao impeachment. O jornal sabia disso; com esse desgaste ficando evidente e sendo necessário. Em uma entrevista de um cientista político ao jornal, ele deixou claro que o ex-presidente não aceitaria concorrer em uma eleição que ele não fosse ganhar. Antes da prisão, a estratégia era a do desgaste de Lula.

Em atenção ao analisado dos editoriais do Grupo Globo, nota-se um apego ao fato, mas dotado de pareceres não fundamentados. Tomando, por exemplo, determinações como “já parece impossível o partido sair ileso do escândalo” reforça-se uma posição crítica ao partido, visando construir uma visão derrotista na mente do leitor acerca das figuras do PT. Nessa mesma feita, a figura do ex-presidente Lula, àquela época, era fortemente resgatada com menções ao mensalão e no uso de termos como “lulopetismo”, na tentativa de sempre trazer o “chefe” quando algum investigado, por menor que fosse a ligação ao partido, fosse pauta de algum editorial. A estratégia era a de desgaste da peça fundamental articuladora do partido.

O uso de linguagem carregada com termos como “assalto às instituições públicas” e “saqueamento” exerciam uma conotação negativa que se pretendia ligar ao partido e por muitas vezes trazendo a presidente em exercício como uma integrante dos esquemas com termos como a “mãe do Petrolão”. Apesar disso, reconhecia-se em outras análises que não existiam essas ligações, mas se apoiavam em analistas e “cidadãos de bem” — uma jogada de identificação do cidadão comum com essa frase que dava a ele um pertencimento — para discutir a posição da então presidente frente ao escândalo, como fica claro no editorial “13 bizarrices de Dilma na economia das quais jamais esqueceremos”.

Ao mesmo tempo que se atacava a imagem do partido, inculcando a visão que o esquema de corrupção havia sido criado durante os governos petistas, depoimentos trazidos em notícias do próprio jornal, e mencionados em editoriais de outros colunistas, retratavam casos de corrupção por funcionários de carreira desde 1997, mas precisavam trazer os termos carregados como “institucionalização da corrupção” e “propinocracia” para que o leitor associasse tais esquemas e suas proporções aos mandatos do partido governante.

Não se discute a culpabilidade, mas o interesse na mudança de governo e a forte vontade de negar ilegalidades cometidas pela justiça e o movimento de se pintar o ex-juiz Sérgio Moro como grande estrategista e salvador da pátria, como fica claro no trecho do editorial “Como João Vaccari Neto se tornou peça-chave na investigação do Petrolão: “[...] Mesmo diante da cautela com que o juiz federal Sergio Moro vem conduzindo as apurações da Operação

Lava Jato. [...]”. Não havia cautela, havia exceções, e isso fica evidente nos motivos pelos quais, atualmente, foi-se considerado um juiz suspeito.

O vira-latismo brasileiro, adotado por colunistas, também ficou evidente ao se defender que nossas empresas e empregos brasileiros fossem castigados pelos EUA. Isso aconteceu quando compararam um caso de corrupção na África do Sul¹⁹, insinuando claramente que as empreiteiras brasileiras deveriam enfrentar punições severas em relação às multas. Novamente, convém destacar, a empresa e sua estrutura são fontes de competitividade e emprego, o que não deveriam ser destruídos em nome de uma justiça que mais mutilou nossa nação do que trouxe moralidade para os negócios. Há de se convir, também, que os EUA, por meio de suas empresas, puniram o território latino-americano com suas ações golpistas e expropriações primárias e secundárias de seus povos e, muito pelo contrário do que se cobra para nossas empresas, jamais foram penalizadas por suas ações. Monteiro Lobato se regozijaria diante do “cosmopolitismo” nos expoentes da direita brasileira

Os editoriais contavam com figuras, hoje bastante conhecidas após o fenômeno bolsonarista, como Guilherme Fiuza que, em suas linhas, trazia sempre a essência do que a extrema-direita julga funcionar. Com seus jargões, servia mais como um agitador do que um analista com uma opinião que se pondere. Às vésperas das manifestações de 15/03/2011, no editorial: “Lugar de elite é na cozinha²⁰”, o escritor realizou um apanhado histórico que reunia corrupção, socialismo, uso de ironias e *fake news* envolvendo a oposição. O jornal precisava dessas figuras, assim como o Grupo Folha precisava do jovem Kim Katagiri para chamar os jovens para manifestações. Cada um com suas ferramentas do que há de melhor, ou pior.

Nessa feita, dava-se destaque também para editoriais que chamavam o povo, implicitamente, para continuar fazendo barulho com termos como “e com o silêncio das panelas, está dando até para ouvir o ronco do gigante²¹”, falando-se de uma aquietação do povo brasileiro frente ao caso de corrupção, insistindo na culpabilidade da ex-presidente Dilma e mencionando que esse seria mais um caso esquecido pelo povo brasileiro. Um clamor à indignação.

Outra tática também utilizada, foi de abraçar as ilegalidades cometidas pela “República de Curitiba” ao levantar suspeita sobre a culpabilidade de quem achava injusto. No editorial

¹⁹ <https://oglobo.globo.com/opiniaio/uns-trocados-de-propina-17656784>. Acesso em 19/10/2023.

²⁰ <https://oglobo.globo.com/opiniaio/lugar-de-elite-na-cozinha-15593221>. Acesso em 21/10/2023.

²¹ <https://oglobo.globo.com/opiniaio/blatter-abre-caminho-para-dilma-16364089>. Acesso em 20/10/2023.

“Deixa comigo²²” o autor levanta essa suspeita sobre quem questionava os métodos e a maneira como se conduziam as ações, por vezes, ilegais e importadas do modelo americano de ação.

Em última análise, não se observou o uso de elementos de distribuição de texto, elementos narrativos da manchete e demais táticas de *click bait* na forma de operação do jornal em comparação com o Grupo Folha, mas outros elementos na linguagem de redação passam uma mensagem quase imperceptível ao leitor mais desatento: Uso de linguagem carregada; foco na negatividade relacionada ao partido; ausência de vozes discordantes; suposições não fundamentadas; julgamento pessoal de indivíduos, como foi o caso de decanos que conduziram alguns julgamentos do STF.

Para o grupo Globo, uma imagem não serve uma guerra, mas quase sempre um ato golpista. Esse interesse em mudanças de governos tem por trás o agente Americano na relação dialética imperialista. Nesse caso a república de Curitiba prestou a esse papel, tendo sido o juiz Sérgio Moro um dos articuladores do processo de ruína da democracia, enquanto a mídia escandalizava e acabara por morrer abraçada juntamente ao Michel Temer pós golpe. Os veículos de comunicação exerciam cada vez mais poder no âmbito judicial, aplaudindo a relativização da presunção de inocência e acuando o supremo, como bem disse o ex-ministro Lewandowski sobre votação na condenação de José Dirceu — acusado de ser chefe de uma organização criminosa (Leite, 2018). A mídia iniciou o movimento de *high light* jurídico — sendo o *high light* uma prática muito comum em que se ignora o contexto, as informações maçantes, focando em prender a atenção. Essa estratégia é deletéria, visto que o contexto de um ato processual é justamente o que articula todas as demais peças e ajudam no entendimento. Em outros veículos da emissora, como o Jornal Nacional, dedicavam o corte dos melhores momentos das entrevistas com os procuradores da lava-jato, modelo questionável quando se observa o papel do jornalista de ser o agente que pergunta e provoca o entrevistado com questionamentos — principalmente aqueles de interesse público. Nesse caso, apenas sentavam e aguardavam as orientações e informações de forma passiva. Não se podia questionar coisas como o famoso *power point* de Deltran. Era a tática de não deslegitimar perante o público as ações da força tarefa. A ala de esportes nos jornais ganhou um companheiro, a lava-jato, com seus melhores momentos e seus “golaços”, não interessando os arredores, bastidores dessa partida, impedimentos e os “amarelados”.

²² <https://oglobo.globo.com/opiniaao/deixa-comigo-18508115>. Acesso em 20/10/2023.

4.3. Quando a figura é maior que o fato, imprima-se a lenda

A figura central desse processo mediado pela mídia passa pela imagem de Sérgio Moro, juiz de Curitiba, um herói fabricado. Pivô central e figura recompensada pelos seus serviços prestados, o ex-juiz acumula uma série de controvérsias que o liga diretamente como o agente necessário para a facilitação da atuação imperialista americana em solo nacional. A mídia nacional — mais especificamente a revista *Veja*, a mesma das inúmeras capas que visavam denegrir a imagem da então presidente Dilma — por óbvio, não tinha interesse em revelar essas ligações e até mesmo tratou de desmentir uma parte dessa ligação quando saiu em defesa do ex-juiz após internautas ressuscitarem um fato vazado por Edward Snowden no site *Wikileaks*, tratando a revista de suavizar e colocar suspeitas sobre a fonte que alegava uma ligação entre o ex-membro do judiciário e os interesses americanos (VEJA, 2021). No entanto, em um excelente trabalho realizado pelo jornal francês *Le Monde*, assinado pelo diretor-executivo do Observatório Político da América Latina e do Caribe, foram encontradas mais ligações que inserem a figura de Moro nesse quebra-cabeças articulado pelo interesse internacional.

No jogo de poder do mundo globalizado, o crescimento econômico do Brasil e a expansão da atuação do país na África por meio das empreiteiras nacionais e do banco de fomento brasileiro, o BNDES, ameaçavam ferozmente os interesses estadunidenses na região. Tal fato levou os EUA a querer 'proteger' suas empresas. Em 2007, ano de início das relações entre os departamentos dos EUA e a justiça brasileira, os EUA se encontravam em uma extensa tentativa de cercar por todos os lados as empreitadas terroristas que se financiam, principalmente, por atos de corrupção e lavagem de dinheiro. Dessa forma, por meio do Projeto Pontes, estabeleceram um novo conceito de treinamento para consolidar práticas bilaterais de aplicação da lei. Em outras palavras, estabeleceu-se o compartilhamento “informal” de informações sobre processos. Nessa feita, convém ressaltar que esse projeto ainda não seria a Lava-Jato, mas a descrição acrescenta bastante do que foi a operação. Essa relação de “colaboração” rendeu eventos financiados pelos EUA em solo nacional e a participação de agentes estrangeiros na conferência anual dos agentes da Polícia Federal brasileira, em Fortaleza. (CONJUR, 2021; Kanaan, 2018; *Le Monde*, 2021)

Os eventos realizados e os inúmeros treinamentos rendiam métodos que mais tarde seriam utilizados na Operação Lava-Jato, tais como: Confisco de bens, delações premiadas, métodos de prova e o modelo de força-tarefa. Essas ações de atuação estadunidense tem um produto final indiscutível de reforço da influência americana em território estrangeiro, tendo

nos custado muito caro aos brasileiros não ter visto aos nossos arredores o que acontecia, de modo semelhante, no Paraguai com o Projeto Umbral (Kanaan, 2018). Nesse sentido, uma busca rápida, e não muito profunda, sobre o impeachment do presidente do Paraguai encontramos uma descrição que nos parece familiar:

No entanto, o mandato de Lugo durou apenas três anos e dez meses, e foi interrompido bruscamente por um Golpe de Estado, camuflado por um processo de *juicio político* (julgamento político), conduzido pelo Parlamento de maioria opositora, que o depôs em menos de 24 horas. (Brasil de Fato, Fernando Lugo: “O golpe do Paraguai foi contra a integração da América Latina)

O quebra-cabeças começa a fazer bastante sentido ao finalizar a leitura sobre o *modus operandi* da mídia e as falas da agente Moreno-Taxman durante a conferência da Polícia Federal no Brasil: “Em casos de corrupção, é preciso ir atrás do 'rei' de maneira sistemática e constante, para derrubá-lo”. Nessa outra frase a agente deixa claro o que seria o papel da mídia, e até isso explicaria a inseparável relação da operação com os conglomerados de comunicação do país: “Para que o Judiciário possa condenar alguém por corrupção, é preciso que o povo odeie essa pessoa”, complementando: “A sociedade deve sentir que ele realmente abusou de seu cargo e exigir sua condenação” (*Le Monde*, 2021).

Contando também com o mal desempenho do governo petista, o juiz Sérgio Moro obteve vitória quando a presidente Dilma — evitando novos desgastes — sancionou a lei anticorrupção, capaz de garantir a participação estadunidense na punição e investigação de atos e fatos ocorridos em território estrangeiro. O país acabara de cair em uma armadilha. Em entrevista ao Conjur, Jorge Nemr relata que a competência é, por vezes, atraída por fatores mínimos de existência da empresa investigada com o território americano, sendo instrumento fundamental para ampliar a jurisdição dos Estados Unidos ao redor do mundo. Por essas razões, a ligação mais frágil que seja — um e-mail que tenha transitado entre servidores dos EUA — constituía elemento suficiente para a atuação estadunidense em território estrangeiro (CONJUR, 2016).

A lista de crimes cometidos pelo ex-juiz é extensa, cabendo inúmeras páginas somente com o que se sabe, até o momento, sobre a atuação e favorecimento do crescimento das raízes imperialistas no país. A mais escandalosa delas, e que revela uma forte suspeita de um grampo realizado no palácio presidencial, reside na divulgação de áudios entre Lula e Dilma quando estes articulavam uma indicação de Lula como Ministro da Casa Civil, tendo sua divulgação

um caráter ilegal — visto que um juiz de primeira instância não teria competência para analisar, julgar ou divulgar conteúdo que envolvesse a presidência da República. Segundo Christofolletti (2016), a ligação telefônica havia sido gravada às 13h32min, ou seja, duas horas depois do juiz ter determinado o fim das interceptações telefônicas, tendo sido despachado às 11h13min. Nesse tempo, a operadora Claro havia sido comunicada às 12h46min da decisão do juiz, mas às 15h37min a PF informou ao juiz do teor da conversa, apressando-o em pôr fim ao sigilo da investigação e divulgando o conteúdo do grampo. Após essa divulgação, e o enorme deleite dos jornais com o áudio — que em um exemplo de high-light jurídico foi editado para somente 30s, dos 1min34s da totalidade — o ministro do STF, Gilmar Mendes, vetou a nomeação de Lula.

O Grupo Globo estava sempre ligado às operações, tendo sido informada de todos os acontecimentos relevantes da operação e, em troca, dava o reconhecimento ao ex-juiz pelos seus feitos com prêmios como o “Troféu Aplausos” e o prêmio “Faz a diferença”; mais tarde, o mesmo juiz se tornaria Ministro da Justiça no Governo Bolsonaro e não fosse suas desavenças internas teria se tornado mais um decano no STF.

No que se trata do favorecimento e vazamento de informações, um exemplo foi resgatado por Vianna (2018) em um tweet de um editor da revista *Época*, mais um veículo de informação do Grupo Globo, que antecedeu a prisão de Lula. Diego Escosteguy tweetou: “Quase duas da manhã. Poucas horas para um amanhecer que tem tudo para ser especial, cheio de paz e amor”. O final irônico da frase do editor se relaciona com a estratégia de campanha adotada para a primeira eleição em que Lula saiu vitorioso, adotando um tom mais ameno e menos conflituoso com as elites financeiras do país o que rendeu ao ex-presidente o apelido de “Lulinha paz e amor”.

A colaboração do juiz com os EUA visava claramente desestabilizar a democracia brasileira e achincalhar as empresas nacionais com delações que contribuíssem com as intenções golpistas. Em 2016, autoridades norte-americanas contavam com a colaboração da empresa Odebrecht para reconhecimento de atuações corruptas em outros países, mas recebeu uma negativa da companhia que acabou sendo “convencida” pela notificação das autoridades ao Citibank para que encerrasse as contas das empreiteiras nos EUA, fator que levaria a companhia à falência. Ironicamente, após perder suas ligações como juiz e seu cargo de Ministro da Justiça começou a trabalhar para a consultoria jurídica Alvarez e Marsal, responsável pela recuperação judicial da Odebrecht. (CONJUR, 2021; *Le Monde*, 2021)

Essa teia de colaborações passava também pelas ações internas. Moro foi instrutor de Deltan Dallagnol, mais um personagem que se favoreceu da atuação na Lava Jato, sendo essa colaboração juridicamente proibida, uma vez que Deltan era a parte acusadora. Em conversas

vazadas de um canal do Telegram composto por procuradores e juízes da força-tarefa, Moro dava dicas, conselhos e cobrava atuação, agindo como um superior hierárquico. Entre as inúmeras mensagens, destaco como exemplo uma que revela a coordenação entre quem julgava e quem acusava:

“O que acha dessas notas malucas do Diretorio nacional do PT? Deveríamos rebater oficialmente? Ou pela ajufe?” (The Intercept Brasil, As mensagens secretas da Lava Jato Parte 4)

Não restando dúvidas das atuações criminosas de Moro, da força tarefa da Lava-jato e do Governo dos EUA em destruir empresas e a democracia brasileira, cabe analisar os desdobramentos econômicos dessa mudança de governo na empresa brasileira Petrobras.

4.4. Síntese

Dentre o conteúdo analisado, 81% dele foi proveniente do Grupo Folha de São Paulo, garantido dentro disso um percentual de 22%, dentre os 81%, que contribuíam para a análise. Ficaram de fora desse material aqueles que não continham elementos de discurso ou de posicionamento do jornal acerca do fato narrado, também aqueles que a palavra “petrolão” aparecia sem muito enfoque e acompanhava um texto que não trazia juízo sobre, apenas como argumento que ilustrava a figura do noticiado. Dentre as peças selecionadas, em todas foram observadas alguma tentativa textual de manipular ou trazer à memória a ligação do Partido dos Trabalhadores como uma espécie da “gênese do mal” noticiado. Em consonância, os editoriais revisados serviram como a firmação da opinião do jornal em 100% dos casos selecionados, e em todos aqueles publicados em datas marcadas pelas manifestações²³ havia um tom agitador, inclusive utilizando de figuras reconhecidas na prática, como foi o caso de Kim Kataguirí e Guilherme Fiuza.

Complementando a análise, 18% do conteúdo analisado foi obtido no Grupo Globo e, dentre aqueles que tratavam diretamente sobre a temática de forma mais aprofundada (com acusações, análises, clamores), 47,25% deles adquiriam um tom julgador e punitivo quando se tratava da temática ao mencionar o Partido dos Trabalhadores (PT). Dessa maneira, de forma explícita se faziam críticas diretas e uma defesa paralela das conhecidas ilegalidades praticadas

²³ Ver mais em: <http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo.cronologia-protestos-2015-a-2016,12157,0.htm>. Acesso em 16/11/2023.

no âmbito processual; tratando, dessa forma, de alimentar um desejo de mudança e contribuir para a inflamação social nos protestos, seja amplificando o fato, fazendo suposições e ligações, dando vida ao inimigo imaginário e apontando o dedo para onde ele se escondia. O uso exacerbado de jargões estava presente, religiosamente, em todo o conteúdo selecionado, como “lulopetismo”, “propinocracia”, além de sempre tratarem de trazer o tema do “mensalão” como um assunto que ainda não estivesse resolvido.

Dentre as similaridades dos dois jornais, destaca-se uso do apelo sentimental aos manifestantes, seja chamando ao seu dever “cívico”, seja tratando de delinear para o leitor o pertencimento a um time pró-Brasil a qual ele precisa integrar e vencer a guerra ideológica de “nós contra eles”. Essa segunda estratégia teve maior ênfase nos editoriais do Grupo Globo, onde o “fantasma do comunismo” era elemento fundamental para a construção textual.

A atuação desses dois veículos, além de informar, prezou pela formação de uma massa de descontentes que serviram como base para alimentar os protestos e garantir “legitimidade social” a um processo golpista que já se articulava com a figura de Aécio Neves. Em última análise, o processo de impeachment que a mídia ajudou a conduzir — principalmente ao dar suporte à presidência da Câmara por Eduardo Cunha, criminoso político de longa data — elevou ao poder os interesses das elites, tanto nacionais quanto internacionais, seja representado pela figura de Michel Temer, ou pela contraposição patriótica distorcida de Jair Bolsonaro. Por conseguinte, as privatizações de postos e componentes estratégicos para a Petrobras foram vendidos ao capital privado a montantes que seguem a mesma cartilha submissa ao capital privado da privatização da mineradora Vale e encheram os bolsos dos acionistas estrangeiros durante a divulgação dos dividendos da companhia.

4.5. Desdobramentos econômicos na Petrobras

Seria leviano negar que a atuação da Petrobras durante as gestões petistas não tenha revelado algum processo de privatização, mas convém ressaltar a celeridade que esse processo vem tomando desde 2016, na contramão do que se entende como estratégico para uma empresa de petróleo. Yergin (1990) nos apresenta que a atuação das empresas petrolíferas formadas por grandes conglomerados de empresas são dispostas de estratégias de verticalização — em outras palavras, todo o processo da cadeia é realizado por unidades de negócio controladas pela mesma empresa. Pois bem, a partir de 2015 — ano em que a presidente Dilma já havia perdido grande parte da governabilidade — começou-se um desmonte baseado em privatizações, desinvestimento e mudança de estratégia financeira.

O endividamento de uma companhia, em níveis saudáveis, é uma grande fonte de financiamento das operações da empresa em aquisições e expansão das atividades, elemento que contribui para a geração de caixa futuro. Nesse sentido, a Petrobras tem reduzido sua alavancagem desde meados de 2016, visando atingir uma meta bruta de endividamento na casa dos sessenta bilhões de dólares. Para tanto, tem focado na desintegração da companhia, uma estratégia suicida e condenável, visto que aumenta a exposição da empresa a variáveis do ambiente que ela não controla. (Pinto, 2022)

Seguindo a linha do desmonte, muito suportado pelos escândalos de corrupção e a “liberalização” da economia, a Petrobras vendeu, segundo Eduardo Costa Pinto, entre 2016 e o primeiro trimestre de 2022, 46 ativos de sua gestão, garantindo uma soma de 145 bilhões em receitas. Tal estratégia da empresa ancorada no desinvestimento, na privatização de áreas menos rentáveis — focando em E&P do Pré-sal — tem gerado um montante distribuído em forma de pagamentos de dividendos a acionistas na ordem de R\$ 167 bilhões entre 2019 e 1T2022. Isso ocorreu entregando, nesse contexto, mais de 40% a investidores estrangeiros às custas do encarecimento do custo de vida interno e do desmonte da maior empresa estatal brasileira. (Pinto, 2022)

As consequências desses movimentos foram sentidas durante o ano de 2022, quando Salvador passou a ter a gasolina mais cara do país após a privatização da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), mesmo após as promessas do então presidente Bolsonaro de que isso não ocorreria.

Abaixo seguem duas tabelas, sendo a tabela 4 a dos ativos privatizados da companhia durante o período do final de 2015 até o presente momento (dados disponibilizados nos relatórios anuais da Petrobras, onde a última edição consta de 2022) e a tabela 5 que traz informações dos percentuais dos ativos vendidos pela petroleira (em milhões de reais) em cada gestão presidencial. Tais informações, nessa feita, corroboram diretamente com a afirmação da celeridade do processo de desmonte da companhia durante os governos que se seguiram, com destaque para o governo de Jair Bolsonaro com mais de 60% dos valores de venda dos ativos concentrados durante a sua gestão presidencial.

Tabela 4 - Amostra dos ativos vendidos pela Petrobras entre 2015 – 2022 (continua)

Ativo	Compradores	País
Alienação de ativos na bacia do sul, na província de Santa Cruz, na Argentina	Compañia General de Combustibles S.A	Argentina

Ativo	Compradores	País
Venda dos Polos Pampo e Enchova	Trident Energy do Brasil LTDA, uma subsidiária da Trident Energy L.P. (“Trident Energy”) - subsidiária da Warburg Pincus	EUA
Venda de campos na Bacia Potiguar	Potiguar E&P S.A, subsidiária da Petrorecôncavo S.A	Brasil
Cessão de 50% de participação nos Campos de Tartaruga Verde e Espadarte Modulo III	Petronas Petróleo Brasil, subsidiária da Petroliam Nasional Berhad (Petronas)	Malásia
Venda da Refinaria de Pasadena	Chevron U.S.A. Inc. (Chevron)	EUA
Venda de Participação na Transportadora Associada de Gas	ENGIE e CDPQ	França e Canadá
Venda da Petrobras Uruguay Distribución S.A. (PUDSA)	DISA Corporación Petrolífera S.A. (Disa)	Espanha
Venda da BSBios	RP Participações em Biocombustíveis S.A - controlada ECB Group	Brasil
Vendas de Mangue Seco 1, 3 e 4	V2I Transmissão de Energia Elétrica S.A, Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Pirineus (FIP Pirineus)	Brasil
Venda de parcela de participação de 10% na NTS	Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A. (NISA)	Canadá e Brasil
Venda de Mangue Seco 2	V2I Transmissão de Energia Elétrica S.A	Brasil
Venda do Polo Rio Ventura	SPE Rio Ventura, subsidiária integral da 3R Petroleum.	Brasil
Alienação total da participação na Petrobras Distribuidora S.A. (BR) – atual Vibra Energia	-	-
Cessão de participação no campo de Lapa e na Lapa BV	Total	França
Venda de participação na GásLocal	White Martins Gases Industriais Ltda. (White Martins)	EUA
Venda da RLAM	MC Brazil Downstream Participações, empresa do grupo Mubadala Capital	Emirados Árabes
Venda de campos terrestres na Bahia (Polo Miranga)	SPE Miranga S.A., subsidiária integral da PetroRecôncavo S.A.	Brasil
Venda de campos terrestres na Bahia (Polo Remanso)	Petrorecôncavo S.A	Brasil

Ativo	Compradores	País
Venda de campos terrestres no Espírito Santo (Polo Cricaré)	Karavan SPE Cricaré S.A., uma Sociedade de Propósito Específico (SPE)	Brasil
Venda de usinas termelétricas (UTES Polo Camaçari)	Global Participações	Brasil
Venda dos campos terrestres no Ceará (Polo Fazenda Belem)	SPE Fazenda Belém S.A., subsidiária integral da 3R Petroleum e Participações S.A.	Brasil
Venda de campos terrestres na Bahia (Polo Recôncavo)	Ouro Preto Energia Onshore S.A., subsidiária integral da 3R Petroleum Óleo e Gás S.A	Brasil
Venda de ativos de E&P no Espírito Santo (Polo Peroá)	OP Energia Ltda. e DBO Energia S.A - subsidiária integral da 3R Petroleum Óleo e Gás S.A.	Brasil
Venda de campos terrestres, de águas rasas (Polo Alagoas) e da Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN em Alagoas	Petromais Global Exploração e Produção S.A. (Petro+)	Brasil
Venda do Campo de Papa-Terra	3R Petroleum S.A	Brasil
Venda da REMAN	Grupo Atem	Brasil
Venda da SIX	Forbes & Manhattan Inc. (F&M)	Canadá
Venda de campos terrestres em Sergipe (Polo Carmópolis)	Carmo Energy S.A	Espanha
Venda da LUBNOR	Greacor Investimentos em Participações Societárias Ltda	Brasil
Venda de participação no Polo Golfinho e Polo Camarupim	BW Energy Maromba do Brasil Ltda (BWE)	Reino Unido
Venda da Deten	Cespa Química S.A.	Espanha
Venda de ativos no Polo Norte Capixaba	Seacrest Exploração e Produção de Petróleo Ltda.	Reino Unido
Venda de ativos do Polo Potiguar	3R Petroleum S.A	Brasil
Venda de Albacora Leste	PetroRio	Brasil

Fonte: Elaboração do Autor seguindo os anuários da companhia

Tabela 5 - Percentual de valores com privatizações de ativos da Petrobrás por presidente (continua)

Presidente	Valores	Percentual
Dilma Roussef (PT)	R\$ 28.795,52	10,25%

Tabela 5 - Percentual de valores com privatizações de ativos da Petrobrás por presidente (conclusão)

Presidente	Valores	Percentual
Michael Temer (PMDB)	R\$ 77.215,66	27,47%
Jair Bolsonaro (PSL, PL)	R\$ 175.056,44	62,28%
Total	R\$ 281.067,62	100,00%

Fonte: Observatório Social do Petróleo²⁴

Essa estratégia fez a Petrobras se desfazer de ativos dentro e fora do país, dentro e fora da América Latina e indo cada vez mais na contramão das demais petroleiras que seguem comprando as participações disponíveis para vendas. Cabe destacar que, mesmo com algumas vendas terem por motivação o “decrécimo na produção”, sabe-se hoje o quanto que os ativos potenciais da Vale foram subestimados, com mesmas falácias, no momento do país se desfazer da sua Estatal.

A perda de controle de distribuidoras como a Nova Transportadora do Sudeste S/A (NTS), sendo a décima maior no segmento logístico, é um fator que coloca a companhia como locatária de uma estrutura que antes era própria, pagando pelo uso de algo que foi construído com recursos próprios e públicos e entregue pronta, sem muita resistência, a um grupo de controladores. À época, se estimava que o valor da venda, com base nos relatórios de pós-venda da companhia, fosse totalmente gasto em aluguel em apenas 18 meses após concretizado o acordo (Ferreira, et al, 2021). Não é plausível julgar que as decisões tomadas pelos conselhos não visavam lesar o patrimônio da companhia quando se tem casos como Pasadena, que reforçam a indisposição quanto ao patrimônio nacional e a boa vontade quanto à posição subserviente ao capital estrangeiro e de setores econômicos locais.

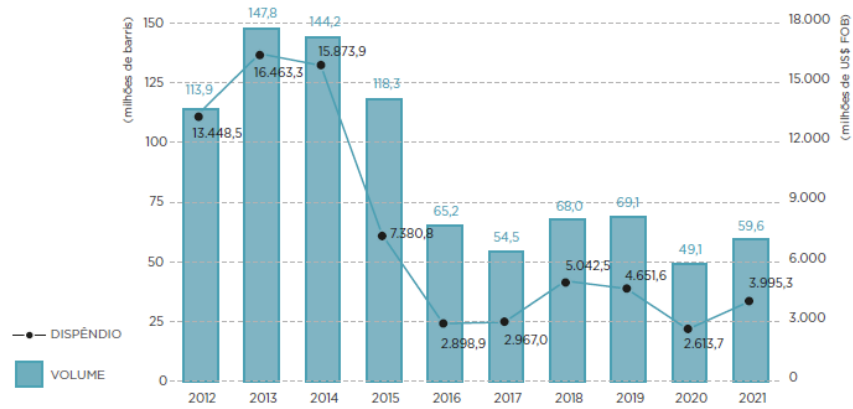
A sangria causada pela Lava-Jato na companhia e nos empregos diretos e indiretos ligados à atividade petroleira no país superam, em muito, os valores recuperados oriundos da operação. É oportuno ressaltar também o destino paralelo que a República de Curitiba queria dar a R\$ 2,5 bi dos R\$ 4 bi recuperados para a criação de uma fundação coordenada pela 13ª Vara Federal de Curitiba e suspenso pelo Ministro do STF Alexandre de Moraes (CONJUR,

²⁴ Ver mais em: <https://observatoriopetroleo.com/privatometro/>; Acesso 16/10/2023.

2019). Mais um ponto importante é a tentativa das instituições de Curitiba de tentar mascarar resultados das operações como os valores de R\$ 4 bi mencionados acima, quando na realidade, segundo despacho de Fernando Appio, os valores reais foram de R\$ 3 bi. Essa diferença em valores numéricos compraria, somados, 100% da Petrobrás no Chile, 100% do Campo de Azulão e 50% da BSBios, todos ativos vendidos pela Petrobras durante os processos de fatiamento da companhia. O intuito de destruição e desestabilização econômica foram combustíveis suficientes para a mudança governamental, tendo o judiciário e a mídia como atores principais nessa articulação.

Por conseguinte, a engenharia pesada sofreu com a ataque promovido à estatal, seja com o sufocamento das companhias que atuam diretamente no setor juntamente a Petrobras quer seja nas mudanças promovidas nas estratégias da empresa, ocasionando, só no ano de 2015, uma perda de quase 18mil trabalhadores e um prejuízo estimado de 80mil empregos diretos e indiretos, além de R\$ 17,6 Bi em prejuízos sociais ligados à paralisação de investimentos, cancelamentos de contratos com empreiteiras e estagnação do setor de engenharia pesada no país. Dados relacionados ao período escandalizam os custos sociais da operação no país, dando conta que a investigação e suas fases custaram 4,4 Milhões de empregos e 3,6% do PIB (DIEESE, 2021).

Não bastando os problemas sociais relacionados ao emprego e renda no Brasil, em outubro de 2016, durante o Governo de Michel Temer, a companhia petrolífera passou a adotar a paridade de preços com o dólar, PPI, o que encarece toda a cadeia produtiva brasileira por ainda ser baseada no transporte rodoviário. Em resumo, a companhia passou a adotar preços cotados em moeda estrangeira, quando seus custos e suas atividades são pautados em real. Em conjunto às inúmeras receitas geradas por privatizações, esse fator garantiu dividendos fartos a investidores estrangeiros em detrimento do encarecimento do custo de vida nacional. O gráfico abaixo evidencia o decréscimo da necessidade de importação de petróleo para incorporação ao petróleo brasileiro, muito por conta da melhora no potencial nacional de refino. Nessa feita, a proporção de importações não chegaria a 8% do total da produção nacional que, segundo dados do anuário estatístico da ANP, correspondeu a 1,06bi de barris em 2021. Por essa razão, não justificando o balizamento dos custos em valores dolarizados. Com essas mudanças, a paridade de preços internacionais colocava o Brasil como a terceira gasolina mais cara do mundo, segundo dados da BBC Brasil.

Gráfico 1: Volume de importações de petróleo

Fonte: Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2022 (gráfico 2.20).

5. CONCLUSÃO

Por meio de todos os dados coletados e aqui expostos, sem contar aqueles que na mesma medida causam indignação, mas que tornariam aqui o presente trabalho muito longo, compreende-se a estreita atuação, da mídia como agente dos setores econômicos nacionais como ferramenta imperialista dentro do território brasileiro. Dessa forma, os conglomerados de comunicação do país atuaram como agentes articuladores dos movimentos golpistas que desembocaram na perda de controle nacional de grande parte da maior petroleira do país, a Petrobras. Pode-se concluir ainda que o papel passivo, no âmbito das injustiças sociais e econômicas, figura os meios de comunicação não só como cúmplices de uma atuação imperialista, mas figuras centrais e atuantes no desenvolvimento de estratégias que contaminassem o tecido social, gerassem revolta e protestos e dessem ares de “clamor social” às suplicas golpistas entoadas pelas manifestações da classe média.

Além disso, é possível, por meio do exposto, principalmente do Grupo Folha de São Paulo, compreender como a atuação textual e o domínio do vernáculo, ajustado às situações, foram ferramentas importantíssimas na construção e disseminação de uma ideia. Nessa medida, os elementos implícitos textuais e visuais exerceram influência suficiente para se classificarem, também, como ferramentas municipais que se destacam como elementos pensados para gerar o sentimento a qual se foi proposto. Exemplificando essas ações, temos a organização das manchetes do grupo Folha, a atuação visual de cenários nos jornais televisivos do grupo Globo, as capas da revista Veja e a escolha de quem seria o autor de determinado texto em cada momento da história do processo de impeachment, variando desde a linguagem ao gabarito de quem escrevia.

É notório que grandes grupos empresariais do país se beneficiaram desse ambiente caótico, desde o desmonte dos ativos da companhia, até as reformas sociais, como a da previdência e a trabalhista, que se fizeram “necessárias” apoiando a base argumentativa no caos que havia sido fabricado. Atropelaram, durante esses processos investigativos, as prerrogativas do Direito, incorporaram dispositivos lesivos em nossa legislação que ampliaram, ainda mais, as formas de intervenção imperialista em solo nacional e criou-se, também, o ambiente propício para o crescimento da erva-daninha que sufocou nossas empresas, destruiu nossos empregos, a soberania nacional e um ciclo de investimentos públicos e sociais, tendo tudo isso sido alimentado por componentes de insatisfação da classe média que seria a massa de manobra do cultivo do próprio veneno.

Em última análise, a articulação golpista colheu seus frutos na Petrobras na medida que as privatizações nos anos seguintes ganharam celeridade, diminuição de critérios e recebiam-se aplausos de acionistas com os dividendos provenientes das vendas dos ativos da companhia. A perda de controle, a diminuição do processo de integração vertical e o enxugamento da estrutura em P&D foram, e ainda são, consequências que levam a petroleira na contramão do restante do mundo, garantindo à companhia um atraso relativo que limita sua posição estratégica global e, conseqüentemente, o do Governo Brasileiro, seu maior acionista.

Convém destacar que neste trabalho não se prova essas relações por meio de documentações oficiais — sendo essas, em caso de existência, não-públicas — mas se obtém uma aproximação, por meio dos rastros deixados, de que os ataques foram coordenados e com interesses de uma minoria nacional, articulados pela mídia, em consonância com as expectativas imperialistas mundiais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A gestão de portfólio da Petrobras: “Querida, encolhi a empresa” - Por Eduardo Costa Pinto - Revista Fórum. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/debates/2022/7/6/gesto-de-portfolio-da-petrobras-querida-encolhi-empresa-por-eduardo-costa-pinto-119820.html>>.

Acesso em: 04 set. 2023.

A origem da história de que Sergio Moro age a mando da CIA | VEJA. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/a-origem-da-historia-de-que-sergio-moro-age-a-mando-da-cia>>. Acesso em: 09 set. 2023.

A privatização fatiada da Petrobrás: contabilizando a venda da maior empresa do país -. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/a-privatizacao-fatiada-da-petrobras-contabilizando-a-venda-da-maior-empresa-do-pais/>>. Acesso em: 04 set. 2023.

ALVES, G. et al. **Enciclopédia do Golpe: O Papel da Mídia VOL. 2. 1. Ed.** Bauru, SP: Canal 6 editora, 2018

Análise: Governo admite perda de controle - 05/08/2015 - Poder - Folha de S.Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1665037-governo-admite-perda-de-controle.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

As remunerações da Petrobras para os acionistas e os efeitos perversos para o povo – Opinião – CartaCapital. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/as-remuneracoes-da-petrobras-para-os-acionistas-e-os-efeitos-perversos-para-o-povo/>>. Acesso em: 04 set. 2023.

BARDIN, LAURENCE.; RETO, L. A.; PINHEIRO, A. **Análise de conteúdo.** [s.l.] Edições 70, 2000.

BRASIL. **Lei Nº 2004, de 3 de outubro de 1953.** Dispunha sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade Anônima, e dá outras providências

CABALLERO, F. Imperialismo. In ALVES, G. et al.(Coord) **Enciclopédia do Golpe: O Papel da Mídia VOL. 2. 1. Ed.** Bauru, SP: Canal 6 editora, 2018, p. 106-107

Cable: 09BRASILIA1282_a. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA1282_a.html>. Acesso em: 16 set. 2023.

Chats revelam colaboração proibida de Moro com Deltan. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/>>. Acesso em: 07 set. 2023.

CHIARADIA, Kátia, 1978- **Edição de textos fidedigna e anotada das cartas trocadas entre Monteiro Lobato e Charles Frankie (1934-1937):** edição e estudo da correspondência entre Monteiro Lobato, Charles Frankie e alguns companheiros da Campanha Petrolífera, como Edson de Carvalho. Campinas, SP: [s.n.], 2016.

Conheça a Linha do tempo — Caso Lava Jato. Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/linha-do-tempo>>. Acesso em: 17 set. 2023.

ConJur - Alexandre de Moraes suspende efeitos do acordo da “lava jato”. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-mar-15/alexandre-moraes-suspende-efeitos-acordo-lava-jato>>. Acesso em: 10 set. 2023.

ConJur - Jornal francês mostra como os EUA usaram Moro e a “lava jato”. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-abr-10/jornal-frances-mostra-eua-usaram-moro-lava-jato>>. Acesso em: 10 set. 2023.

ConJur - “Lava jato” usou norma dos EUA para punir empresas brasileiras. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-jul-21/lava-jato-usou-norma-eua-punir-empresas-brasileiras>>. Acesso em: 10 set. 2023.

DIEESE - outras publicações - Implicações econômicas intersetoriais da operação lava jato - março/2021. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLavaJatoEconomia.html>>. Acesso em: 15 set. 2023.

Eduardo Costa Pinto analisa os lucros da Petrobras via PPI - O Cafezinho. Disponível em: <<https://www.ocafezinho.com/2021/11/04/eduardo-costa-pinto-analisa-os-lucros-da-petrobras-via-ppi/>>. Acesso em: 04 set. 2023.

Em 2021, rendimento domiciliar per capita cai ao menor nível desde 2012 | Agência de Notícias. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>>. Acesso em: 04 set. 2023.

FERNANDES, FLORESTAN. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** [s.l.] EDITORA CONTRACORRENTE, 2020.

Fernando Lugo: "O golpe do Paraguai foi contra a | Internacional. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/25/fernando-lugo-o-golpe-do-paraguai-foi-contra-a-integracao-da-america-latina>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

Folha de S.Paulo - Livro/"Rádio Nacional - O Brasil em sintonia": Emissora foi momento jubiloso da cultura brasileira - 03/01/2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0301200613.htm>>. Acesso em: 23 set. 2023.

FONTES, V. **O BRASIL E O CAPITAL-IMPERIALISMO: Teoria e História.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012

FOTOS: Manifestações pelo Brasil neste domingo, 15 - fotos em Política - g1
<<https://g1.globo.com/politica/fotos/2015/03/fotos-manifestacoes-pelo-brasil-neste-domingo-15.html#F1565559>> Acesso em: 29 Ago. 2023.

GALEANO, E. **As veias Abertas da América Latina**. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2022

Grampos e as responsabilidades da mídia | Observatório da Imprensa. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/crise-politica/grampos-e-as-responsabilidades-da-midia/>>. Acesso em: 07 set. 2023.

Inflação e Política de Paridade de Importação da Petrobras: há alternativas. Disponível em: <<https://ineep.org.br/inflacao-e-politica-de-paridade-de-importacao-da-petrobras-ha-alternativas/>>. Acesso em: 07 set. 2023.

KANAAN, G. L. **O BRASIL NA MIRA DO TIO SAM: O PROJETO PONTES E A PARTICIPAÇÃO DOS EUA NO GOLPE DE 2016**. [s.l.: s.n.].

Kim Kataguirí: A nossa geração sobreviveu - 13/03/2016 - Opinião - Folha de S.Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/03/1749131-a-nossa-geracao-sobreviveu.shtml>>. Acesso em: 01 set. 2023.

Le naufrage de l'opération anticorruption « Lava Jato » au Brésil. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/international/article/2021/04/09/au-bresil-une-operation-anticorruption-aux-methodes-contestables_6076204_3210.html>. Acesso em: 07 set. 2023.

LEITE, P. Agência Lava jato. In ALVES, G. et al. (Coord) **Enciclopédia do Golpe: O Papel da Mídia VOL. 2. 1. Ed.** Bauru, SP: Canal 6 editora, 2018, p. 17-26

Lista do petrolão reúne cúpula do Congresso e 5 partidos | VEJA. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/lista-do-petrolao-reune-cupula-do-congresso-e-5-partidos>>. Acesso em: 17 set. 2023.

LENIN, V. **O IMPERIALISMO ESTÁGIO SUPERIOR DO CAPITALISMO**: Ensaio de divulgação ao público. Tradução por Edições Avante! E Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2021

PAULO NETTO, J. **INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO MÉTODO DE MARX**, 1 ed. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, 2011

PEYERL, D. **O petróleo no Brasil**: exploração, capacitação técnica e ensino de geociências (1864-1968) [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, 278 p

Poder Judiciário JUSTIÇA FEDERAL Seção Judiciária do Paraná 13ª Vara Federal de Curitiba. [s.d.].

PRASHAD, V. **Balas de Washington**: uma história da CIA, golpes e assassinatos. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

Relatórios Anuais - Petrobras. Disponível em: <<https://www.investidorpetrobras.com.br/apresentacoes-relatorios-e-eventos/relatorios-anuais/>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

ROSÁRIO, M. Falso Consenso. In ALVES, G. et al.(Coord) **Enciclopédia do Golpe: O Papel da Mídia** VOL. 2. 1. Ed. Bauru, SP: Canal 6 editora, 2018, p. 64-72

SARTI, F. & LAPLANE, M. **O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90**. In: LAPLANE, M.; COUTINHO, L. & HIRATUKA, C. (orgs.). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo-Campinas: Editora Unesp-Instituto de Economia da Unicamp, 2003.

SOUZA, G. DE et al. **ERUDIÇÃO SOBRE O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRAS**. [s.l: s.n.].

Superlucro e a farra dos dividendos na Petrobras. Por Eduardo Costa Pinto. Disponível em: <<https://aldeianago.com.br/artigos/91-dando-o-que-falar/31223-superlucro-e-a-farra-dos-dividendos-na-petrobras-por-eduardo-costa-pinto>>. Acesso em: 04 set. 2023.

THOMPSON, J. B. **A MÍDIA E A MODERNIDADE: UMA TEORIA SOCIAL DA MÍDIA**. 5. Ed. [s.l]: 2002

VIANNA, R. G de Golpe. In ALVES, G. et al.(Coord) **Enciclopédia do Golpe: O Papel da Mídia** VOL. 2. 1. Ed. Bauru, SP: Canal 6 editora, 2018, p. 86-99

ZANOTELLI, C. L.; FERREIRA, F. C. **Entre a Soberania e a Governamentalidade Neoliberal: O Processo de Privatização do Grupo Petrobras**. **RC**, n. 18, p. 8, 1 jul. 2021.